

Mala Direta
Básica

911020870001-63 – SE/RS
APTAFURG



SINDICATO NALUTA

MARÇO DE 2023 - ANO XIX

M A R Ç O

MÊS DAS MULHERES



DAS RUAS PARA O CONGRESSO: O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO PARLAMENTO

Denise Mantovani

Jornalista, doutora em ciência política e participante da Marcha Mundial de Mulheres/RS

Para milhões de brasileiros, a virada de 2022 para 2023 pareceu uma passagem no tempo. O país saiu de um período obscurantista de deliberadas violações de direitos humanos, sociais e ambientais para uma renovada expectativa de inclusão social, reconhecimento e respeito às diferenças e restauração de políticas públicas sociais e redistributivas. Sete dias depois da posse popular do presidente eleito, em 8 de janeiro, o Brasil e o mundo assistiram estarecidos ao brutal ataque contra os três prédios históricos, símbolos da República e da democracia brasileira. Conforme as investigações do ato golpista avançam, fica mais evidente que a trama da destruição de 08 de janeiro, assim como a destruição e o vandalismo no centro de Brasília na noite de 12 de dezembro e a tentativa de atentado a bomba no aeroporto de Brasília, no dia 24 de dezembro, foram todos planejados no acampamento instalado em frente ao QG do Exército brasileiro, em Brasília. O episódio revelou que além dos executores existem patrocinadores e mentores de extrema direita que se aglutinaram em torno da candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro.

Mais assustador é perceber que a presença pública e institucional da extrema direita na vida política brasileira vem avançando para dentro da representação política. Em estudo realizado por mim com outras três colegas pesquisadoras, identificamos que muitos desses líderes extremistas que apoiam o modelo de destruição do país executado por Bolsonaro conquistaram uma cadeira no Congresso Nacional e saem das ruas para a assustadora função de legisladores. Muitos são negacionistas, outros apresentam posições fundamentalistas no campo religioso, são neoliberais favoráveis às privatizações, nostálgicos da ditadura militar, desmatadores, garimpeiros, defensores de milícias armadas e auto proclamados defensores da família tradicional. Do ponto de vista partidário, são os partidos que aglutinam posições de direita e extrema direita que fizeram as maiores

bancadas: PL com 99; União Brasil com 59; Partido Progressista, com 47, além do Republicanos com 41 deputados chegando a 246 deputados (48% dos 513 parlamentares). A desigualdade de gênero e raça na representação parlamentar permanece com a eleição de 91 mulheres (17,7%). Outros 142 deputados/as (27,6%) se autodeclararam pardos (107 ou 20,8%), pretos (27 ou 5,2%), indígenas (5 ou 0,97%) e amarelos (3 ou 0,58%) revelando a persistência de uma hegemonia branca e masculina no Congresso.

No estudo, observamos as redes sociais das 513 deputadas e deputados eleitos para a 57ª Legislatura no Congresso Nacional (2023-2026) entre 16 de agosto e 31 de outubro, identificando os posicionamentos dos eleitos a partir de um recorte transversal de gênero em torno de temas como: justiça de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, laicidade, violência contra as mulheres, descriminalização do aborto, entre outros. O resultado mostrou um Congresso que aprofunda uma representação conservadora e reacionária com a presença de parlamentares identificados com as agendas da extrema direita, conservadora e neoliberal que indicam um ambiente ainda mais adverso para as agendas progressistas, de igualdade de gênero e políticas de defesa dos direitos humanos. Esses grupos de extrema direita são heterogêneos, mas possuem pontos em comum, como a ênfase ao individualismo competitivo, excludente, meritocrático, neoliberal e pelo rechaço ao que é diferente de si mesmo. Comportamentos extremistas, misóginos, homofóbicos, violentos, vem ocupando espaços e aprofundando o declínio democrático. A hegemonia do capital financeiro sobre os Estados-Nação é um fator que contribui para o avanço dos extremismos de direita porque o principal foco da agenda política do capital internacional é tornar as legislações nacionais favoráveis aos mercados financeiros às custas do desmonte do Estado Social.

A precarização da vida, o fim dos direitos trabalhistas, a “uberização” do trabalho, o medo e as incertezas geram uma subjetividade autoritária e ressentida que são instrumentalizadas ideologicamente para produzir o rancor e o ódio contra o “outro”.

Esse sentimento torna as mulheres, a população negra, populações migrantes e pessoas socialmente vulneráveis e o alvo principal desses grupos. O risco dessas posições avançarem no parlamento é o recrudescimento de posições antidemocráticas que podem aprovar leis que impõem normas que excluem direitos e criminalizam populações sub-representadas no parlamento. A aliança entre parlamentares fundamentalistas, principalmente de denominações neopentecostais, com parlamentares ligados à agenda da segurança, do armamentismo e setores do agronegócio também foram verificadas no estudo. Algo que já vinha ocorrendo na legislatura de 2019-2022 e registram a atuação conjunta na defesa de um modelo de família patriarcal, hierárquica e tradicional, além de uma agenda que aprofunda regras punitivistas, de viés conservador. O estudo aponta para a importância da aliança das agendas feminista, antirracista e dos direitos humanos como forma de afirmar e fortalecer a democracia brasileira. Não se trata de alarmismo, mas as eleições de 2022 confirmam a estratégia desses agrupamentos políticos de avançar nos espaços institucionais de representação política.

E D I T O R I A L

O QUE FAZER DIANTE DO NOVO GOVERNO? UMA GREVE?

Neste breve editorial, o “Sindicato na Luta”, em sua mais nova edição, não poderia deixar de fazer os questionamentos que intitulam este pequeno texto. Iniciamos dando a resposta que compreendemos ser a mais correta: diante do novo Governo se faz necessário uma greve sim. Não avançaremos um milímetro no campo de batalha sem que tenhamos a categoria técnica administrativa em educação profundamente mobilizada.

Já se instalou no movimento, lamentavelmente, a ideia de que o novo Governo não passa de mais um Governo e, portanto, devemos ter nossa pauta independentemente da classe trabalhadora como um todo. Ou seja, ainda que pertençamos à classe social que vive integralmente de seu salário, do seu trabalho, insistimos por uma perspectiva dos extratos médios que conformam a luta de classe no Brasil.

E como até o mundo mineral sabe, a classe média é conservadora pela sua natureza social. Por esta razão sempre aponta a luta baseada na “competição” entre as pautas. Resumindo: colocam a pauta à frente das tropas e buscam disputar os poucos recursos que estão disponíveis para o ano de 2023, mesmo que isso traga prejuízo para as parcelas mais pobres do nosso povo. Esta perspectiva é a do “sindicalismo de resultados”, um fracasso histórico.

Nesse sentido, “o que fazer diante do novo Governo?” torna-se um erro e um convite à derrota. Uma greve que coloca uma pauta que não absorva as contradições mais importantes da conjuntura é uma greve derrotada e passiva de ser cooptada justamente pelos nossos inimigos.

Vejam bem de perto o momento que estamos vivendo. Um momento ímpar na história da República brasileira. A existência de um inimigo de classe muito poderoso, com enorme base social e grande capacidade de mobilização, à espera de qualquer brecha, de qualquer vacilo na política do campo democrático, por um lado. Por outro lado, talvez o mais importante, uma frente ampla que abarca quase todo o espectro político, da centro-direita à esquerda liberal.

Ou seja, nosso inimigo de classe não está apenas nas hordas bolsonaristas, também está no nosso leito (dormindo conosco) e já está no campo de batalha na defesa dos interesses do capital financeiro contra os interesses da classe trabalhadora.

O debate sobre os juros, bem como sobre a reestruturação da tabela do imposto de renda, não deixa dúvidas de que nossa luta (a da classe trabalhadora) vai se desenvolver em duas frentes, contra o fascismo e contra a “direita clássica” que compõe a Frente Ampla.

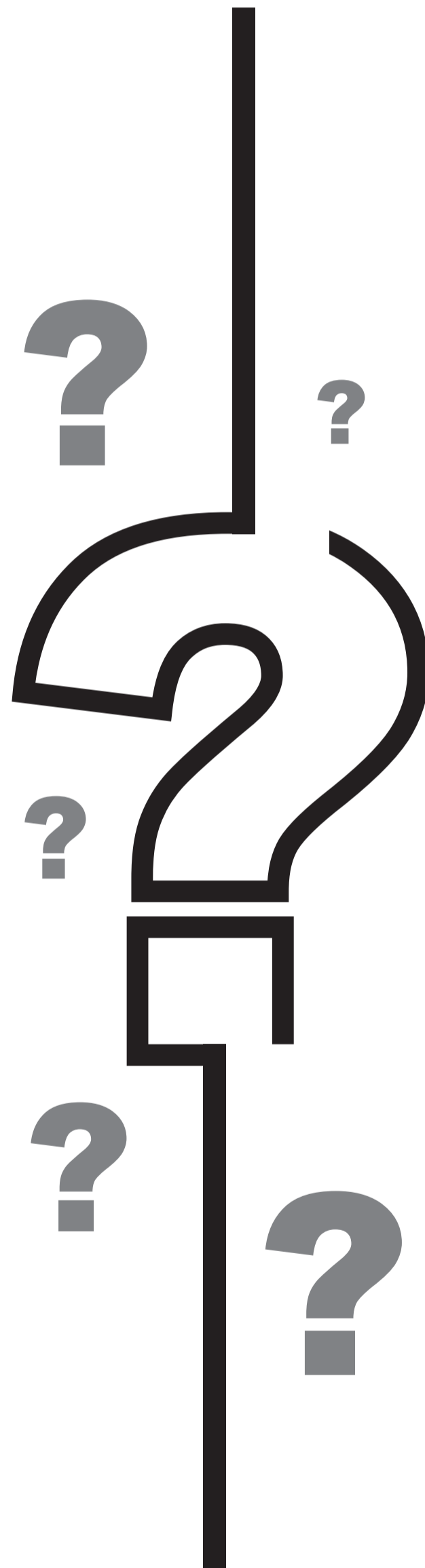
Portanto, a questão não é fazer ou não a greve. Evidente que sim. A greve é um poderoso instrumento de mobilização da categoria. A greve será inevitável para transpor limites que o Governo não o fará sem pressão popular. É aqui que se torna imprescindível uma chave de leitura simples e conhecida da velha e boa esquerda: a luta corporativa deve estar articulada com a luta estratégica. Qual é a luta estratégica então? A que visa derrotar os obstáculos que impendem o aparecimento de recursos e impedem que se estabeleça uma recuperação do Estado nas suas políticas públicas como é o caso da Educação, onde travamos nossa batalha histórica.

A Greve deve ter uma pauta que articule os interesses gerais da classe trabalhadora, como, por exemplo, o aumento do salário-mínimo, o pagamento do “bolsa família”, o reajuste na tabela do imposto de renda, e, sobretudo (o mais importante), a queda dos juros.

Juros da ordem de 13,75% (taxa selic) impedem um programa desenvolvimentista, impedem o crescimento da economia. Logo, por óbvio, não teremos ganhos salariais e muito menos a recuperação das IFEs porque os juros escorchantes impedem que haja recuperação da economia. Neste cenário, nossa greve estará derrotada junto com nossa pauta corporativa.

A greve, repetindo, não é a questão (pois ela é necessária). A questão é a agenda, a pauta de reivindicação. No cenário de uma pauta que coloca o povo ao nosso lado, a vitória passa a ser uma possibilidade. Mas tem mais um pequeno detalhe que a categoria vai ter que superar: qual a luta estratégica? Uma luta por uma reposição linear no serviço público federal (ainda que as perdas sejam diferenciadas de categoria para categoria) ou uma luta pela reestruturação da carreira, rumo a uma verdadeira isonomia no serviço público federal, derrotando as diversas oligarquias que hoje recebem altos salários custeados pela nossa pobreza.

Com a palavra, a categoria.



EM GUERRA CONTRA A DESUMANIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS LUTAS LGBTI+ ENTRE A VIOLÊNCIA E A AMPLIAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE

Fredson Oliveira Carneiro

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília. Professor voluntário da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Autor do livro “A lucidez e o absurdo: conflitos entre o Poder Teológico-Político e os Direitos Humanos LGBT na Câmara dos Deputados”. E-mail: fredsonoliveiracarneiro@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8215-0664>.

O movimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexo, e mais uma diversidade incontável de representações expressas na sigla LGBTI+¹, conquistou ao longo dos mais de 40 anos de sua existência um importante espaço na sociedade brasileira, especialmente quando consideramos o autoritarismo e o patriarcalismo inerentes à formação social do Brasil. Contra as relações espúrias de mando e obediência características do país de mais longo regime escravocrata do mundo e de sistemáticos regimes ditatoriais, a população LGBTI+ foi capaz de existir ao longo dos séculos e de resistir às arbitrariedades que lhes foram impostas. Nesses processos históricos de existência e resistência contra as violências estruturais, essas populações criaram mecanismos de sobrevivência frente às desigualdades que interseccionavam suas vidas e conseguiram instituir novas formas de ação política e atuação democrática.

Com reivindicações organizadas que remontam à Constituinte de 1987, a pauta da ampliação da cidadania dessa parcela da população só ingressou efetivamente no debate jurídico-político pelas portas do Supremo Tribunal Federal (STF) nas primeiras décadas do século XXI. Não obstante os avanços alcançados, a efetiva cidadanização da população LGBTI+ continua um projeto inconcluso. Tal inconclusão deve-se não somente aos limites impostos ao reconhecimento dos direitos alcançados judicialmente, ainda não legislados, mas também à baixa representação política da população LGBTI+ nas instituições democráticas brasileiras.

Essa baixa representatividade nos espaços institucionais jurídicos e políticos tem entre os seus resultados a omissão legislativa em torno dos direitos LGBTI+ e a predominância

da violência política de gênero e de raça contra as poucas representações dessa população no cenário institucional. Contribui para esta postura omissa a crescente representação de grupos conservadores eleitos para mandatos políticos, especialmente os que ostentam orientação religiosa de matriz neopentecostal. Essa desigual representação política evidencia a forma como as violências estruturais são mobilizadas por grupos hegemônicos, para inviabilizar o acesso e a incidência dos grupos socialmente precarizados na esfera pública.

A população LGBTI+ ainda possui uma cidadania precária no Brasil. Os dados das violências cometidas contra essa população continuam alarmantes e o nosso país, por 14 anos consecutivos, segue ocupando o primeiro lugar entre os países mais violentos para pessoas LGBTI+ no mundo. Segundo compilação feita pelo *Trans Murder Monitoring* (“Observatório de Assassinatos Trans”, em inglês), em 2021 houve um aumento de mais de 6% no número de assassinatos em relação ao ano anterior em todo o mundo. Desse total, 82% das mortes aconteceram na América Latina, 43% das quais no Brasil, onde os dados locais são colhidos e organizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Apesar de ser considerada crime desde 2019 no Brasil, a transfobia resulta ainda mais dramática quando observamos que a expectativa de vida de pessoas transexuais é de apenas 35 anos, quando a média geral do país é de 77 anos.

Esses dados revelam um quadro dilemático da ausência de cidadania de pessoas que sofrem rejeição familiar, estão expostas à evasão escolar, à vulnerabilização econômica e a uma série de violências de matriz estrutural. Ademais, a população LGBTI+ está exposta à impunidade com os atos violentos

que são praticados contra a sua dignidade e que são alimentados por discursos de ódio socialmente replicados e que, até recentemente, eram emanados pelos altos escalões da administração pública. A este respeito, não se pode olvidar que as políticas públicas voltadas à garantia de direitos das populações vulnerabilizadas não só foram descontinuadas nos anos de gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, como tiveram na pessoa da ministra Damare Alves, uma voraz detratora das lutas LGBTI+, a determinação para desarticular o aparato de proteção social existente no estado nacional.

Se ser cidadão ou cidadã, conforme conceitua a Constituição Federal de 1988, é ter a prerrogativa de poder exercer direitos políticos e cumprir deveres cívicos, podemos pensar com Erica Malunguinho que, no Brasil, as vidas LGBTI+ são *existências inconstitucionais*. Isso porque, embora se exija o cumprimento dos deveres republicanos das pessoas LGBTI+, suas vidas são deixadas à margem do sistema político e da ordem democrática.

Entretanto, cientes de que não seremos democráticos enquanto parcelas de nossa população não estejam inseridas em nossa sociedade política, diversos membros do movimento LGBTI+ se organizaram para construir uma maior incidência política e para garantir uma participação efetiva nos processos decisórios. Deste modo, foi destacando o papel precursor de Kátia Tapety e Leci Brandão nesta seara, que Erica Malunguinho se elegeu como a primeira deputada estadual trans negra do Brasil. Em conjunto com ela, mandatas coletivas se organizaram e tiveram entre suas representantes Erika Hilton e Robeyoncé Lima, nas eleições de 2018.

¹ Embora siglas como LGBTQIA+ seja cada vez mais comum atualmente, a sigla LGBTI+ é a majoritariamente utilizada pelas entidades e movimentos organizados, conforme aprovação dos coletivos presentes na 16ª Conferência Nacional de Saúde, em 2019.



Parlamentares participantes do “1º Encontro de LGBT+ eleites”, em Brasília. Foto: Gui Mohallem (2023).

Ao mesmo tempo em que seguia registrando os mais vergonhosos índices de violência global contra pessoas LGBTI+, o Brasil viu florescer uma geração de novas representações na política institucional, chegando às eleições de 2022 com o maior número de pessoas LGBTI+ eleitas em nossa história. Somando-se à história iniciada por Tapety e continuada, entre outros, por Jean Wyllys, Malunguinho e Hilton, novos nomes entraram em cena trazendo à esfera pública pautas inovadoras para a construção de uma nova sociedade. Capaz de garantir maior dignidade para todas, todos e *todes* (que agora define um novo pronome para a identificação de sujeitos políticos que tomam a cena em primeira pessoa), essa sociedade não será mais construída à revelia dessas vozes que agora se levantam.

Essas vozes representam histórias ainda não inscritas nos assentamentos dos poderes instituídos e corporificam as próprias existências inconstitucionais que reivindicam plena cidadania. Elas trazem ecos de vidas ainda não respeitadas em sua integralidade, em suas cores, regionalidades, em suas

necessidades e em suas potencialidades. Agora, a diversidade começa a tomar assento nas arenas decisórias e passa a levar o aprendizado das lutas sociais para os salões dos poderes jurídico-políticos com vistas à construção de uma paisagem social mais inclusiva, em que as existências inconstitucionais possam se transformar em vidas constitucionalizadas.

Nesse sentido, com o objetivo de ampliar a articulação entre essas novas representações e de debater os desafios da população LGBTI+ no Brasil contemporâneo, os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados e também para algumas Assembleias Legislativas dos Estados se reuniram no “1º Encontro de LGBT+ eleites”, realizado nos dias 20 e 21 de janeiro de 2023, em Brasília. O encontro histórico, que antecedeu o Dia Nacional da Visibilidade Trans, comemorado em 29 de janeiro, foi palco tanto para a discussão sobre a violência contra as pessoas LGBTI+ quanto para o compartilhamento de estratégias para a reestruturação das políticas públicas voltadas à proteção dessas pessoas.

Não será preciso envidar muitos esforços para compreender que são complexos os desafios impostos a esses representantes, especialmente em razão da grande concentração de representantes da extrema direita no Poder Legislativo, intencionada a inviabilizar as pautas de defesa dos direitos da população LGBTI+. No entanto, apesar das vozes retrógradas dos conservadores, há um grande ímpeto coletivo em provocar as discussões junto à sociedade e ao novo governo, para que seja possível avançar em pautas de garantia da dignidade, dos direitos e da cidadania da população LGBTI+.

Afinal, como já aprendemos com os movimentos sociais ao longo de tantos anos de sua militância política, por mais difícil que seja viver em guerra contra a desumanização, não há outro caminho que não seja o de seguirmos *juntas* e em luta, porque sem comunidade e sem plena cidadania, não há democracia e tampouco libertação.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA LIDAR COM *DEEPPFAKE* E OUTRAS ARMADILHAS DE DESINFORMAÇÃO

Profa. Dra. **Renata Braz Gonçalves**

Bacharel em Biblioteconomia pela FURG, Mestre e Doutora em Educação pela UFPel, Pós-doutorado em Ciências da Documentação pela *Universidad Complutense de Madrid*.

Professora dos Cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e Mestrado em História do ICHI-FURG

Líder do Grupo de Pesquisa – Mediação da Informação e Leitura – MIL

Há algum tempo, em uma conversa em que eu defendia que as tecnologias sempre trazem benefícios para a sociedade e que o problema é o mal uso que se faz delas, um querido amigo me perguntou qual seria a minha opinião sobre o uso de ferramentas de *deepfake* e a relação com o consumo de informação no nosso cotidiano.

A pergunta me deixou desconcertada porque naquela ocasião, esse tema era uma completa novidade para mim. Meu amigo me explicou por alto e depois fui buscar saber mais sobre o assunto.

Lendo alguns artigos, consegui entender que a *deepfake* se tratava de uma técnica que, com uso de inteligência artificial, é usada para substituir/combinar/sobrepor áudios e imagens (muitas vezes de rostos de pessoas) criando novos arquivos.

O resultado pode ser usado em ações positivas, como em produções artísticas, como é o caso do The Dalí Museum (St. Petersburg, Florida) que, em 2019, para comemorar os 115 anos do nascimento do artista espanhol Salvador Dalí, contratou a agência Goodby Silverstein & Partners que criou um *deepfake* do artista para interagir com os visitantes do museu. Foram criados 125 vídeos diferentes a partir de 6.000 frames retirados de filmes antigos com artista. Com o uso da Inteligência artificial, os visitantes podem “bater um papo” com o Dalí pois há 190.512 combinações de conversas, dependendo da resposta do visitante. Outra forma de uso foi no cinema e para preservar vidas, como é o caso do documentário que merece ser visto por todos nós, “**Bem Vindo à Chechênia**” (Original: Welcome to Chechnya), lançado em 2020 nos EUA. O filme, dirigido por David France, aborda a perseguição à população LGBTQIAP+ na Chechênia, uma das repúblicas da Rússia.

A produção denuncia as políticas de expurgo, perseguição, prisão, tortura e assassinato de indivíduos homossexuais e bissexuais que ocorrem a partir de 2017 (isso mesmo, super recente!) e mostra o movimento de um grupo

secreto de ativistas que decide tomar providências e lutar contra essa barbárie.

Utilizando a técnica *deepfake*, os produtores da obra optaram por substituir os rostos dos entrevistados que sofreram perseguição por de ativistas que se voluntariaram oferecendo sua imagem para proteger as fontes, ao invés de usar o recurso de borrar a imagem ou deixar na sombra e distorcer a voz, como estamos acostumados a ver em reportagens investigativas ou de denúncia.

Diante desses exemplos, pensei nos inúmeros “memes” de fotos e vídeos que vimos durante as campanhas eleitorais deste último ano. Neles, os rostos dos candidatos estavam sobrepostos em corpos que realizavam as mais variadas dancinhas. As montagens eram bem grosseiras, possibilitando identificar claramente que se tratava de uma “brincadeira” de sobreposição.

Contudo, a técnica também é usada para gerar outros tipos de produtos, como material de conteúdo humorístico, político ou mesmo pornográfico que afetam a vida de pessoas famosas ou comuns, submetendo-as às mais diversas situações, distorcendo a percepção das pessoas acerca daquele indivíduo. No pior dos casos, podem ser elas constrangedoras ou até mesmo **incriminatórias**. E essa fusão/combinado/sobreposição de áudios e imagens tem permitido que não só a troca de rostos seja feita, mas a clonagem de vozes, a sincronização a uma faixa de áudio diferente da original, dentre muitas outras possibilidades. E assim, golpes também têm sido aprimorados.

Há, inclusive, uma classificação dessa técnica em outros tipos: as *deepfakes* textuais, que são produzidas com máquinas de escrita gerada por inteligência artificial; as *deepfakes* nas redes sociais, para a criação de perfis falsos na internet; e o mais impressionante, no meu ponto de vista, são os *deepfakes* em tempo real, que com o uso de um software, como, por exemplo, o Deepfacelive, podem mudar o rosto em transmissões ao vivo. Embora essa tecnologia tenha trazido muitos

pontos positivos como vimos, infelizmente, tem sido usada mais como ferramenta de desinformação.

A desinformação pode ser a falta de informação ou ainda, a informação produzida com a intenção de enganar o receptor, umas das formas mais conhecidas são as tão faladas *fake news*. Algumas *deepfakes* se incluem nesse universo. Creio que já vimos nas mais diversas mídias dicas de como combater as *fake news*. No que tange às *deepfakes*, especialistas sugerem que ao receber um vídeo duvidoso, que o receptor assista diversas vezes para identificar falhas; outro ponto importante, é observar detalhes do rosto com atenção, como olhos, sobrancelhas, cor da pele, boca etc. pois nesses pontos é possível identificar uma diferença na pele que pode estar mais lisa ou enrugada ou um piscar de olhos mais lento.

E, por último, e aqui penso que o mais importante, é pesquisar mais informações sobre o conteúdo recebido e nunca compartilhar sem ter certeza da veracidade. Essa análise da fonte de informação e esse cuidado ético de não repassar inverdades fazem parte de um processo mais amplo que chamamos de Competência em Informação – CoInfo, o qual deriva do termo *Information Literacy*, que pode ser também traduzido como letramento informacional.

Esse processo corresponde a aprendermos a aprender ao longo da vida. Uma pessoa competente em informação é aquela capaz de perceber que necessita de informação, procurá-la, identificá-la, analisar o que encontra e divulgar de maneira ética e eficiente. A CoInfo deve ser desenvolvida desde o ensino fundamental até a universidade e existem várias maneiras de trabalhá-la. Mas esse tema ficará para outra oportunidade. Ou quem sabe, você faz como eu e procura responder: qual a sua opinião sobre a CoInfo e a relação com o consumo de informação no nosso cotidiano?



OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS URBANOS E SOCIOAMBIENTAIS DO EXTREMO SUL DO BRASIL ESTE DEL URUGUAY

POR UM BRASIL SEM CONFLITOS?!*

Carlos RS Machado

Instituto de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Observatório dos Conflitos do Extremo sul do Brasil e Leste do Uruguay

Ninguém quer ou gosta de confusão, de intriga ou de discordar dos outros/as sem algum motivo. Sempre há algo como gerador do conflito, um problema que motiva a discordância e/ou a divergência. Na esfera social, os conflitos indicam que há um problema que decorre da apropriação, uso e distribuição desigual da riqueza produzida decorrência da transformação da natureza pelo trabalho, ou sobre quem cairão os benefícios ou os malefícios de tais atividades. Ou seja, decorrem das relações desiguais entre os humanos e com a natureza/meio ambiente.

No observatório, mapeamos e estudamos conflitos sociais, ambientais e urbanos na cidade do Rio Grande e região desde 2011 e, desde 2015, no Uruguai, visando refletir sobre as injustiças e as desigualdades em conexão com uma educação para a justiça ambiental em trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado e tese de doutorado no programa de pós-graduação em educação ambiental (PPGEA/FURG). No momento, mapeamos

conflitos (nos jornais El País e La diária, do Uruguai, e Jornal Agora e Diário Popular, do Brasil) que ocorreram entre 2018 e 2021.

Os problemas vividos/sofridos pelos demandantes se expressam nas ruas ao denunciar a situação causada por outros (os demandados) como uma empresa, um órgão público, uma instituição, etc. Quando o conflito é manifesto, aparece em notícias de jornais ou na mídia indicado por uma manifestação (passeata, greve, bloqueio de ruas, estradas, ocupações, etc.); e quando existe um problema (contaminação, remoções, mineração, assédio, por exemplo), mas, que ainda, não fez emergir manifestações, então dizemos ser um conflito latente. Como é, por exemplo, problemas mais amplos que a maioria esmagadora da sociedade brasileira vive e sofre como o machismo, o racismo, a homofobia, etc.

Enfim, para termos um Brasil sem conflitos (sociais, ambientais e urbanos), em primeiro lugar, todas e todos deveriam ter garantida moradia, emprego, comida, atendimento gratuito e com qualidade na saúde e

no ensino em todos os níveis; não ser contaminado, minerado, não ter seus territórios invadidos por empresas em busca de lucro ou suas florestas e habitats naturais destruídos; que os animais não fossem escravizados ou explorados e que não houvesse meninos e meninas “em situação de rua”, assim como adultos e idosos/as.

Na luta por tal utopia, desde já, cada um/a de nós deve ir problematizando e produzindo novas relações, relações solidárias, de respeito, ao mesmo tempo em que vamos desestruturando aquelas que articulam a dominação e a exploração. Educativamente, aprendendo e apreendendo uns com os outros e outras, unindo-nos em nossas diferenças e divergências contra os antagônicos (as elites, os ricos, os poderosos, os racistas, os machistas) que vivem e se beneficiam do sistema de injustiça criado por eles. Estamos juntos na pesquisa, no estudo e nas lutas!

Obs.: a cada edição do jornal publicaremos artigos sobre temas, questões, pesquisas, etc. por membros do observatório neste espaço.

«Uma mulher
deve ser
duas coisas:

**quem e
o que ela
quiser»**

DIA INTERNACIONAL DAS
MULHERES

DE MARÇO



**SINDICATO
NALUTA**

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTA FURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

EXPEDIENTE

ENDEREÇO

Rua Padre Nilo Gollo, 76,
São Jorge, Rio Grande RS.
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417
Whatsapp: (53)98428-5716
(53)98428-5688
Email: aptafurg@aptafurg.org.br

COORDENAÇÃO GERAL

Celso Luis Sá Carvalho
Maria de Lourdes Fonseca Lose
Rafael Missiunas

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Lara Nasi
Maria de Lourdes Fonseca Lose
Carlos Eduardo Pereira de Quadros

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258
Tel.: (53) 9945-8125
marcioliveira2000@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO:

Casaletas - contato@casaletas.com

IMPRESSÃO: Gráfica Uma

TIRAGEM: 1.500 exemplares